

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS LIMITES DA DEMOCRACIA LIBERAL

POLICIES FOR HIGHER EDUCATION ON THE LIMITS OF LIBERAL DEMOCRACY

POLÍTICAS PARA LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LOS LÍMITES DE LA DEMOCRACIA LIBERAL

RUIZ, Maria José Ferreira¹

CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva¹

FERNANDES, Tânia da Costa ¹

RESUMO

Para se entender as políticas para a educação superior é necessário compreender, anteriormente, o significado e as contradições do projeto social e econômico no qual as mesmas são instituídas. Tendo isso em vista, o texto tem os seguintes objetivos: (i) discutir as premissas da democracia liberal capitalista; (ii) apresentar o processo de redefinição do papel do Estado no Brasil e seus impactos na educação pública e (iii) discutir sobre o processo permanente de mercantilização da educação pública, com foco nas políticas para a educação superior. Utiliza como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Em especial analisa o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Considera finalmente, que as metas destinadas à educação superior estão sendo desconsideradas e até mesmo inviabilizadas pelas medidas austeras de ajuste fiscal, promovidas pelo governo federal atual, que vem contribuindo para intensificar o processo de mercantilização da educação.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Educação Superior. Democratização da Educação. Mercantilização da Educação.

ABSTRACT

In order to understand the policies for higher education it is necessary to understand, previously, the meaning and contradictions of the social and economic project in which they are instituted. With this in mind, the text has the following objectives: (i) to discuss the premises of liberal capitalist democracy; (ii) to present the process of redefinition of the State's role in Brazil and its impact on public education; and (iii) to discuss the ongoing public education marketing process, focusing on policies for higher education. It uses as methodological procedures the bibliographical research and documentary research. In particular, it analyzes the National Plan of Education (2014-2024). Finally, it considers that the targets for higher education are being disregarded and even made unfeasible by the austere measures of fiscal adjustment, promoted by the current federal government, which has contributed to intensify the process of marketing of education.

Keywords: Educational Policies. College education. Democratization of Education. Education Mercadification.

RESUMEN

Para entender las políticas para la educación superior es necesario comprender, antes, el significado y las contradicciones del proyecto social y económico en el cual las mismas son instituidas. En este sentido, el texto tiene los siguientes objetivos: (i) discutir las premisas de la democracia liberal capitalista; (ii) presentar el proceso de redefinición del papel del Estado en Brasil y sus impactos en la educación pública y (iii) discutir sobre el proceso permanente de mercantilización de la educación pública, con foco en las políticas para la educación superior. Utiliza como procedimientos metodológicos la investigación bibliográfica e investigación documental. En particular analiza el Plano Nacional de Educación (2014-2024). Por último, considera que las metas destinadas a la educación superior están siendo desconsideradas e incluso inviabilizadas por las medidas austeras de ajuste fiscal promovido por el gobierno federal actual, que viene contribuyendo a intensificar el proceso de mercantilización de la educación.

Palabras clave: Políticas Educativas. Educación universitaria. Democratización de la Educación. Mercantilización de la Educación.

¹ Universidade Estadual de Londrina – UEL – Londrina – Paraná – Brasil

INTRODUÇÃO

O texto discute as políticas para a educação superior, como expressão de um processo histórico permeado por antagonismos próprios da sociedade de classes. Entende a educação a partir da dimensão da política pública. O estudo, que não se esgota neste texto, tem como base teórica-metodológica os pressupostos do materialismo histórico. Nesta perspectiva, cabe ao pesquisador de políticas públicas fugir de reducionismos e buscar observar as políticas de forma mais ampla.

Segundo Evangelista (2012), para se compreender criticamente as políticas para a educação é necessário investigar sobre a lógica, a ideologia e a racionalidade que as sustentam. Para isso é importante observar a conjuntura histórica, política e econômica que permeia a sociedade, no contexto da formulação destas políticas e programas.

Diante destes pressupostos teóricos-metodológicos, este estudo de cunho qualitativo, tem como premissa que as políticas neoliberais não são democráticas. Longe disso, elas vêm desconstruindo os parques direitos sociais duramente conquistados no período de redemocratização do país. Isso ocorre porque, ao mesmo tempo em que o Brasil passava por um processo de abertura política com o fim do período ditatorial, o neoliberalismo² já apontava como norte a ser seguido por este país, assim como já o era em outros países de neoliberalismo avançado, a exemplo da Inglaterra e dos Estados Unidos da América.

Com o intuito de substanciar esta defesa, o texto tem três objetivos que se articulam, a saber: (i) discutir as premissas da democracia liberal capitalista; (ii) apresentar o processo de redefinição do papel do Estado no Brasil e seus impactos na educação pública e (iii) discutir sobre o processo permanente de mercantilização da educação pública, com foco nas políticas para a educação superior. Utiliza como procedimento a pesquisa bibliográfica, a fim de recuperar as informações e conhecimentos que permitam delinear melhor o estudo apresentado e ainda o recurso da pesquisa documental, com foco no Plano Nacional de Educação (2014-2024 – Lei n. 13.005/2014), promulgado ainda na gestão da Presidente Dilma Rousseff. Espera-se demonstrar que as metas destinadas à educação superior estão sendo desconsideradas e até mesmo inviabilizadas pelas medidas austeras do ajuste fiscal promovidas pelo governo Temer.

Tendo isso em vista, o texto apresenta-se estruturado em três seções. A primeira discute as promessas e a inoperância da democracia, em seu sentido pleno, na sociedade de classes. A segunda trata da fragilidade da democratização da educação em tempos de neoliberalismo avançado,

² Entendemos o neoliberalismo como doutrina econômica e política contrária ao Estado intervencionista (Estado de Bem-Estar Social) proposta por economistas franceses, estadunidenses, alemães, por volta de 1970, que retomam os ideários do liberalismo clássico. Há três escolas que sistematizam a proposta neoliberal: Escola de Chicago, Escola Austríaca e Escola de Virgínia. Harvey (2005, p. 12), complementa que o neoliberalismo também pode ser entendido como uma “teoria das práticas políticas e econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio”.

seja em sua versão ortodoxa, ou de terceira via. A última seção mais específica, traz apontamentos sobre as metas do PNE (2014-2024) e como sua viabilização pode ser obstada pelo avanço de um processo permanente de mercantilização da educação, pelo qual passa a sociedade brasileira.

NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA

O texto defende que o neoliberalismo é contrário à democracia, entendida aqui em seu sentido pleno de acesso aos bens materiais e culturais, garantidos por um Estado provedor. Contudo, a doutrina neoliberal utiliza da bandeira de defesa constante da democracia, fato que deixa turvo e confuso qualquer discussão sobre esta questão. Essa é uma problemática histórica. Observando o contexto das revoluções burguesas, entre o século XVII e XIX, que se colocavam contrárias à aristocracia, é possível verificar que a luta era pela ascensão e fortalecimento do liberalismo e não pela democracia (WOOD, 2006). Ou seja, com a ascendência da acumulação de capital, a burguesia lutava pela liberdade para ter propriedades privadas e não para democratizar qualquer forma de igualdade econômica ou política para a classe trabalhadora, o que até mesmo causava receio à burguesia, uma vez que poderia levar a uma revolução proletária.

Contudo, o regime democrático como possibilidade de revolução social, foi até mesmo previsto por Marx e Engels (1999), no Manifesto do Partido Comunista, influenciados pela tradição democrática de Rousseau, para o qual a democracia seria a soberania popular na decisão do rumo das políticas. Eles entendiam neste escrito que, como a indústria em ascensão arregimentava um grande número de trabalhadores, no contexto da Inglaterra do século XIX, a classe trabalhadora poderia realizar a revolução por meio do voto universal. Conforme Przeworski (1988, p. 52)

Em um artigo de 1850, *The Chartist*, no *Daily Tribune*, de Nova York, e novamente em 1867 no jornal polonês de emigrantes *Glos Wolny*, Marx repetiu que "o sufrágio universal é equivalente ao poder político para a classe trabalhadora da Inglaterra, onde o proletariado forma a grande maioria da população". A "Luta de Classe" de Kautsky, provavelmente a mais influente exposição teórica da primeira fase do movimento socialista, sustentava que o proletariado já constituía a maior classe "em todos os países civilizados" [...]. E mesmo se as primeiras batalhas eleitorais não terminassem em triunfo, mesmo se o proletariado não fosse ainda a maioria, a vitória eleitoral era apenas uma questão de tempo, já que o capitalismo estava inchando as fileiras do proletariado (grifos do autor).

Dessa forma, os socialistas defendiam a organização do proletariado em partido político, a fim de assegurar a revolução social e a abolição das classes por meio do sufrágio universal. Esta ideia foi veiculada e defendida na I Internacional dos Trabalhadores, no ano de 1872 (PRZEWORSKI, 1988). Certo que, anos mais tarde, ela foi refutada por Marx e Engels. A burguesia também não tardou em perceber que a democracia política, expressa pelo sufrágio universal, não fragilizaria seu poder, pautado no poder econômico e poderia até mesmo ser utilizada a seu favor, em termos de controle dos trabalhadores, que também tinham a democracia como bandeira de luta.

Dessa forma, o que entende-se por democracia hoje, foi historicamente cunhado nos moldes da democracia liberal e pelos limites desse modelo político de organização social, que foi se estabelecendo com a ascensão da burguesia após a Revolução Francesa, até a organização política e econômica dos Estados modernos (WOOD, 2006). Assim, na maioria destes Estados, os cidadãos passaram a participar da vida pública por meio do exercício do sufrágio universal.

Contudo, os representantes políticos, após serem eleitos não representam os interesses da massa que o elegeu, mas sim, os interesses capitalistas da propriedade privada dos meios de produção, trabalho assalariado, ajustes fiscais feitos a partir da desregulamentação trabalhista e previdenciária e outras formas mais, que permitem a continuidade histórica da produção e reprodução da sociedade de classes (MÉSZÁROS, 2005).

Essa compreensão se faz importante, pois é nos limites da democracia liberal que ocorre a democratização da escola pública e gratuita, que acontece nesta conjuntura e assume o formato da democracia liberal capitalista.

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO

Com todas estas ambiguidades a democracia - em sentido pleno - e a democratização da escola pública e gratuita têm sido bandeiras de luta dos trabalhadores. Por outro lado, os liberais também almejam a democratização da escola pública, uma vez que é por meio dela que os futuros trabalhadores entram em contato com os conhecimentos necessários para atender ao mundo da produção.

Compreendemos a democratização da educação pública a partir de dois eixos, (i) como processo político que visa a ampliação de vagas e de condições de permanência na educação pública em seus diferentes níveis e modalidades e (ii) tendo em vista uma organização administrativa e pedagógica mais inclusiva e democrática na gestão das instituições educativas, da educação básica ao ensino superior. Por ser processual, a democratização da educação pública está sempre em movimento e ocorre a partir de diferentes projetos políticos e econômicos que coabitam a sociedade como um todo.

Por um viés macroestrutural, observa-se que a sociedade é marcada por três tipos de projetos políticos. Um projeto progressista que visa a superação do modo de produção atual e a constituição da sociabilidade socialista, para além do capital (MÉSZAROS, 2005). Outro projeto de cunho conservador neoliberal, que prima pela manutenção do sistema capitalista e pelo livre mercado e, portanto, é contrário à democratização dos direitos públicos, vistos como serviços, uma vez que oneram o Estado. E um terceiro projeto reformista que busca também a manutenção deste sistema, mas, propõe ajustes e reformas que não tragam alterações econômicas substanciais.

O primeiro projeto citado visa a superação daquilo que define a sociedade capitalista, a saber: a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado, que conduzem à divisão das

classes sociais (empresariado e trabalhadores). O segundo e o terceiro projeto, visam a manutenção deste arranjo econômico. Certo que os três projetos não são estanques e aqui são anunciados apenas para uma organização epistêmica e, certo também, que eles são permeados por matizes, não havendo, por vezes, organicidade (GRAMSCI, 1978) em seus empreendimentos e ações.

Estes projetos não são abstrações genéricas, mas sim, interferem na proposição política dos grupos que coabitam o poder público (executivo, legislativo) que são os responsáveis por elaborar e colocar em curso as políticas públicas, a fim de democratizar a educação. Estes grupos formam o Estado capitalista que, na perspectiva de Poulantzas (1977) é um adensamento e tensionamento de forças políticas antagônicas.

REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

Para compreender o projeto de democratização da escola pública no Brasil, é necessário observar como a redefinição do papel do Estado, processo colocado em curso na década de 1990, segue ainda impactando em todas as áreas sociais. É o governo de Fernando Henrique Cardoso que institui o Ministério da Reforma do Aparelho do Estado, designando como ministro desta pasta, Bresser Pereira. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), toma por base a crise do sistema econômico que, nesta perspectiva é provocada pelos altos investimentos do Estado para prover o bem-estar social, ou seja, a retórica reafirmada até a exaustão é que o Estado gasta muito para prover a população dos serviços públicos essenciais (educação, saúde, moradia, segurança, etc).

A redefinição do papel do Estado é sustentada por três eixos, a privatização, a publicização e a terceirização, que vão atingir frontalmente a forma de oferta dos direitos sociais, estimulando diferentes formas de parcerias entre o setor público e o setor privado. A proposta da reforma é embasada nos pressupostos do neoliberalismo em sua versão renovada e nominada por Giddens (2001) de Terceira Via³. Este teórico fez interlocuções com Bresser Pereira ao elaborar a Plano da Reforma, que já havia sido instituída na Inglaterra, com o Novo Trabalhismo de Tony Blair (GROPPO; MARTINS, 2008).

Longe de ser uma proposta que ficou em um passado remoto, a redefinição do papel do Estado e as parcerias entre o setor público e privado⁴ (PERONI, 2013) são reeditadas nos governos que vieram na sequência, ampliando fortemente a interferência do grupo liberal conservador. Este grupo representado pela classe empresarial tem interferido frontalmente no conteúdo e na forma da educação pública, assim como influencia as políticas educacionais. Isso ocorre uma vez que esta classe, por meio de suas Fundações e Organizações Sociais, passa a se articular cada vez mais.

³ Considerada como uma tentativa de defender uma política econômica conservadora, que se alie a uma política social progressista, superando, ao mesmo tempo, a velha social-democracia de Keynes e o neoliberalismo ortodoxo de Thatcher (GROPPO; MARTINS, 2008).

⁴ Relação que segundo Peroni (2013), além de ser uma relação de propriedade é também e sobretudo, uma relação de classes sociais antagônicas.

As orientações neoliberais também podem ser entendidas com base nas análises de Behring e Boschetti (2008, p. 143) quando as autoras comentam que a política social brasileira se constitui, na década de 1990, “[...] na tensão entre as conquistas constitucionais asseguradas pelo forte movimento social da redemocratização e a contrarreforma neoliberal”. Trata-se de um período em que as ações políticas explicitam a orientação neoliberal, processo que marcou o governo de Fernando Henrique Cardoso, mas, que já vinha sendo delineado desde a gestão do presidente Fernando Collor de Mello. Como afirmam as autoras, este foi um período

[...] de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 143, grifo das autoras).

A partir destes elementos compreende-se que o que ocorreu, para além de uma reforma, foi uma “[...] reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 151). Esse processo adaptativo, conforme análise de Paulani (2008), levou o Estado a transformar-se num balcão de negócios. Substituíram-se as prioridades da sociedade, comentadas por Paulani (2008, p. 120), como “[...] emprego, renda, proteção social [...]”, e optou-se pela “[...] acumulação por espoliação [...]” (PAULANI, 2008, p. 121). O resultado deste movimento pode ser observado com o aumento substancial das privatizações, terceirizações, das transformações do sistema previdenciário dos setores privados e públicos.

Assim, os anos de 1990 são ilustrativos quando pensamos num recorte para compreensão da lógica que vem orientando as políticas para a educação brasileira. Para Martins (2009), a década corresponde ao período em que se introduz, aprofunda e também se consolida o neoliberalismo no Brasil. Um trecho da obra de Paulani (2008) ilustra as inquietações presentes até os dias atuais e observa como o desenvolvimento do projeto neoliberal no Brasil teve continuidade mesmo com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT). Para a autora:

No caso do Brasil, essa submissão foi completa; tão completa que mesmo num governo pilotado por um partido operário nascido de baixo para cima, da árdua luta dos trabalhadores, foi incapaz de escapar dela. Trata-se de um impasse histórico para ninguém botar defeito. Para sair dessa situação é preciso, mais do que nunca, força política e disposição de enfrentar interesses secularmente constituídos e que foram devidamente vitaminados nesses últimos quinze anos de escancarado e depois envergonhado neoliberalismo. Mas tal força não virá apenas de uma elite governante esclarecida. Sem mobilização social que empurre na direção necessária, nosso destino será a manutenção desse modelo – e, quanto mais o país persistir nele, tanto mais difícil será retomar o projeto de fazer Brasil um lugar condizente com suas condições e potencialidades, uma nação generosa e soberana. (PAULANI, 2008, p. 139).

Esta mesma autora ainda comenta mais três razões pelas quais o governo Lula deu continuidade a esse projeto neoliberal. Desta análise, pode-se destacar:

[...] transformação do país em plataforma de valorização financeira internacional [...]; opção do governo por uma [...] política macroeconômica correta e cientificamente comprovada: a política de matiz ortodoxo [...]; o desenvolvimento de uma [...] política social que tem nas políticas compensatórias de renda seu principal esteio. (PAULANI, 2008, p. 70-71).

Verifica-se que a escolha por tal política econômica resultou num prejuízo social e político, no qual se destacou a substituição de políticas de Estado mais sólidas por programas emergenciais. Também se verificou uma alteração na resolução de problemas sociais e surgiu um novo tipo de cidadania, que deixou de ser apenas reivindicatória para ser pautada também no voluntariado. Sobre isso Soares (2003, p. 27), destaca que “[...] a questão social passa a ser objeto de ações filantrópicas e de benemerência, deixando de ser responsabilidade do Estado”. Este encaminhamento político leva ao desenvolvimento de uma cidadania que atua em conformidade com os objetivos do neoliberalismo, o que reforça a resolução individual dos problemas sociais. Como argumenta Martins (2009, p. 55-56):

Embora a confirmação da tendência de mercantilização dos bens sociais no Estado neoliberal seja por si só uma referência educativa – porque força o indivíduo a criar formas para resolver os seus próprios problemas –, outras estratégias de conformação social tiveram que ser acionadas para assegurar a massificação da nova identidade política do padrão neoliberal de sociabilidade. Outras políticas públicas continuaram a se constituir como importantes instrumentos de legitimação da sociabilidade burguesa – principalmente aquelas medidas que voltaram ao enfraquecimento de formas coletivas de representação de interesses dos trabalhadores, ao fechamento dos canais de negociação coletiva dos contratos de trabalho, à flexibilização dos direitos trabalhistas, à focalização do atendimento aos mais pobres –, procurando reforçar o pragmatismo, o empreendedorismo, a competitividade, a atomização e a ênfase na liberdade individual de escolhas como referências da sociabilidade. Isso reforça a compreensão de que o Estado não perdeu seu papel pedagógico, simplesmente o redefiniu sob novas formas mesmo com o neoliberalismo.

O Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007 é notadamente um exemplo deste movimento. Este Plano, segundo Saviani (2014) foi instituído sem levar em consideração o Plano Nacional de Educação (2001-2011), que ainda estava em curso naquele momento. O PDE foi instituído pelo Decreto n. 6.094/2007 que leva o nome do Movimento Todos Pela Educação. Este Movimento é formado pela Fundação Gerdau, Ayrton Senna e outros grupos empresariais que objetivam, mesmo que de forma subentendida, a preservação da sociedade de classes e a formação rápida e aligeirada da força de trabalho.

Ainda não está claro, mas, já é possível identificar que este grupo empresarial continua sendo um importante protagonista nas reformas que o governo federal, ocupado por Michel Temer, após o golpe político e o processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff, vem promovendo no sentido de desmontar a educação pública e gratuita, tendo como justificativa a necessidade do ajuste fiscal. Processo análogo ocorre em diferentes governos estaduais do Brasil. Desta forma, ocorre o recrudescimento das forças liberais conservadoras, apontadas anteriormente, que implica no retrocesso de direitos historicamente conquistados.

Exemplos deste recuo pode ser observado no momento atual, com a redefinição da política econômica brasileira, que tem o objetivo declarado de retirar o país da suposta crise econômica mundial. Esta crise acabou impulsionando ainda mais as medidas austeras provenientes do mercado, corroendo o que havia de promessa para ser desenvolvido no campo das políticas públicas educacionais, voltadas ao atendimento de demandas populares.

De forma mais específica, podemos citar os casos das medidas tomadas em nome do ajuste fiscal que trouxe cortes de recursos na pós-graduação, na ordem de 75%, anunciados recentemente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); na educação básica o corte de bolsas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); em relação à formação inicial de professores, houve a suspensão dos cursos pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR); para a formação continuada, a finalização das ações do Pacto do Ensino Médio; na educação profissional e ainda a redução de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Por último, mas, talvez o caso mais deletério se trata do Projeto de Emenda Constitucional (PEC 241 ou PEC 55) que congelou as despesas do governo federal, colocou teto para os gastos públicos por até 20 anos e desvinculou também os gastos sociais como aqueles destinados à educação e à saúde.

É notório que a lógica seguida pelo governo federal privilegia o desenvolvimento do sistema de acumulação econômica e leva a questionar se tudo o que foi proposto no Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei n. 13005/2014, será realmente exequível nos próximos dez anos. As medidas anunciadas acima, dentre outras que já foram divulgadas pelos governos federal e estaduais e não destacadas aqui, por conta do espaço reduzido do texto, são componentes do projeto neoliberal que vem sendo sempre reafirmado. Isto se soma a um panorama de instabilidade econômica e política, que coloca a educação em um processo temeroso de mercantilização, conforme abordamos a seguir.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, PNE 2014-2024 E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A mercantilização da educação é um processo que ocorre no capitalismo, que torna mercadoria todas as coisas, até mesmo aquelas que dizem respeito aos direitos sociais. Nesta perspectiva, a educação é considerada um negócio de vasto interesse a ser explorado pelo empresariado. Este processo é mais perceptível no ensino superior, haja vista o afunilamento que ocorre na passagem da escolarização básica pública, malmente democratizada, para o ensino superior público, no qual o ingresso é obstaculizado para grande parte da população de baixa renda, que acaba por se dirigir para as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

Neste nível de ensino, a mercantilização da educação é visível nas megafusões de grandes corporações econômicas, como o grupo Kroton e Anhanguera, que investem consideráveis somas no mercado educacional brasileiro. As políticas para a educação expressas no PNE 2014-2024 acabam de certa forma favorecendo a expansão deste mercado. Isso ocorre, ao mesmo tempo em que o documento (PNE) destaca a necessidade de elevação de taxa de matrícula na educação superior

pública e não deixa de estimular que esta oferta se amplie também nas Instituições privadas. O documento prevê até mesmo que estas instituições privadas possam contar com o financiamento público, via programas federais, em um processo de parceria público-privada, conforme destacamos nas metas abaixo.

12.6. expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador; 12.20. ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos (Prouni), de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2014, p. 74-75).

Este texto, defende a expansão e a democratização da educação superior pública como um item histórico de luta da população brasileira. Contudo ela não deveria ser uma via de proveito e expansão do mercado educacional. A expansão contínua e veloz das instituições privadas mostra a fragilidade da oferta pública e fragiliza a garantia do direito à educação, papel que é de responsabilidade do Estado.

Do mesmo modo que se busca ampliar o acesso aos cursos superiores de formação inicial, procura-se também expandir o acesso à pós-graduação. A meta 14, do PNE (2014-2014) com as respectivas estratégias, traz em seu texto elementos que levam a questionar as ações recentes de cortes nos recursos para a pós-graduação, promovidos pelo governo Temer, quando o objetivo previsto nesta meta seria: “[...] elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores” (BRASIL, 2014, p.77).

Pelo que se vê nesta meta e estratégias, o objetivo é aumentar o número de matrículas e a oferta tanto de cursos quanto de programas de pós-graduação. Infelizmente, entre avanços e retrocessos, o aumento do número de matrículas vem acompanhado da cobrança de mensalidades para cursos de especialização e mestrado profissional, contrariando o preceito constitucional de gratuidade do ensino na universidade pública.

Ressalta-se nesta análise que a educação superior tem passado por profundas transformações, cuja expansão da rede de instituições tem sido acompanhada pelo rebaixamento e congelamento salarial, pela precarização das condições de trabalho e de infraestrutura, além da formação e da pesquisa com clara submissão às demandas empresariais.

No setor privado, em particular, tem provocado espanto a ascensão e a consolidação das empresas de educação, ou seja, das instituições privadas com fins declaradamente lucrativos. Com isso, o Brasil tornou-se referência de mercantilização da educação superior, cujo índice de matriculados contabiliza mais da metade dos estudantes de todo o sistema de ensino superior em

instituições com fins lucrativos (INEP, 2011). Isto não é apenas uma enorme concentração de poderio econômico, mas também de poder político-ideológico.

Os cortes orçamentários processados recentemente na educação superior (graduação) e na pós-graduação mostram claramente a opção do governo brasileiro pelo atraso educacional, já que tais recursos são imprescindíveis para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Os referidos cortes inviabilizam o desenvolvimento de pesquisas e de cursos do *stricto sensu*, uma vez que muitos deles sobrevivem com recursos do governo federal. Ressalta-se que mesmo os cursos que recebem verbas externas ficam prejudicados, num momento em que os cortes orçamentários alimentam a estagnação econômica, promovendo ajustes no setor privado e inviabilizando, assim, investimentos a curto e longo prazo.

Neste contexto, tem-se definido políticas educacionais que pouco favorecem a manutenção e a qualidade das instituições de ensino, uma vez que esta qualidade se relaciona diretamente à importância que o Estado atribui à educação. Infelizmente, subtraem-se verbas públicas que deveriam ser disponibilizadas para a concretização daquilo que está estabelecido nas diretrizes e planos de educação, incluindo-se aí a valorização dos profissionais da área e a infraestrutura oferecidas para o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa.

APONTAMENTOS FINAIS

Como visto, no contexto social e político de aprofundamento neoliberal dos anos 1990, importantes conquistas vindas de um forte avanço dos movimentos sindicais e sociais da década anterior foram contestadas. Com isso, embora tenha havido a consolidação de certos direitos sociais e civis, houve também significativo retrocesso na regulamentação do trabalho e uma profunda subsunção das políticas públicas às demandas e exigências do neoliberalismo econômico, com terceirizações, privatizações e mercantilização dos bens sociais, inclusive da educação. Em síntese, o avanço do neoliberalismo, como demonstrou-se na seção inicial do texto, é contrário à expansão da democracia em seu sentido pleno, defendendo-a apenas no formato da democracia liberal, sustentada no sufrágio universal.

Isso significa que a democratização, tão alardeada nos documentos orientadores das políticas educacionais, tem se reduzido ao aspecto quantitativo e a vagos discursos e intenções, pois, concretamente, tem-se praticado políticas em que as necessidades e demandas qualitativas da classe trabalhadora são, constantemente, negligenciadas.

Os prejuízos sociais e políticos ficam evidentes na substituição de políticas públicas consistentes por programas emergenciais, por exemplo, programa de bolsas e financiamento para estudantes de baixa renda; que, na verdade, são programas destinados à compra de vagas em instituições superiores privadas, que tanto colaboram com a acumulação de capital, como promovem uma avassaladora mercantilização da educação superior.

Essa mercantilização do ensino se desenvolve cada vez mais no sentido de uma visão clientelística da educação, que é tratada principalmente como mercadoria e não como direito. Ela está associada às políticas de subtração da interferência do Estado na esfera social, em conformidade com a crítica ao que, jocosamente, os neoliberais chamam de paternalismo estatal. Assim, as políticas estatais de gratuidade universal dos serviços sociais, saúde e educação, são solapadas pela privatização dos bens e serviços. Transfere-se, desta forma, as responsabilidades do Estado para empresas privadas, regidas pelas leis do mercado, ou para ações beneméritas e filantrópicas das associações e fundações.

Mais recentemente, tem-se também o violento comprometimento dessas verbas em razão dos cortes de recursos resultantes do ajuste fiscal efetuado pelo governo federal e estaduais, que, de modo geral, prejudicam as condições de trabalho, o envolvimento e o comprometimento do docente com suas atividades de ensino e aspirações acadêmico-intelectuais, desdobrando-se negativamente sobre os processos de ensino-aprendizagem e seus resultados – a saber: a formação intelectual e mesmo ético-moral dos estudantes.

Enfim, a transformação social substantiva, que prime pela melhoria das condições humanas, não nos parece ser uma possibilidade tão próxima, nesta sociedade caracterizada por uma política neoliberal e por uma economia globalizada, que tem, de forma perversa, resultado em perdas de direitos historicamente conquistados. Na área da educação há um desprezo significativo pela qualidade socialmente referenciada. Este desprezo se manifesta, dentre outras formas, por meio de corte violento de verbas orçamentárias para as IES públicas. Desta forma, os desafios para a escola, para as universidades e para os pesquisadores em educação estão postos e devem ser combatidos cotidianamente. Entendemos que a educação superior não seja uma fábrica de produção em massa de trabalhadores alienados, mas sim, um espaço de formação humana integral. De tal modo, se ela não pode, por um lado ignorar o contexto político e econômico no qual se insere, por outro, não pode simplesmente subordinar-se de modo acrítico e sem contestação às demandas capitalistas/neoliberais.

REFERÊNCIAS

1. BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.
2. BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2017.
3. BRASIL. **Decreto n. 6.094/2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em

- <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> Acesso em: 11 ago. 2015.
4. EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.). **A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais**. Campinas: Alínea, 2012.
 5. GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
 6. GROppo, Luis Antonio; MARTINS, Marcos Francisco. Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **RBPAE**, v.24, n.2, p. 215-233, mai./ago. 2008.
 7. HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
 8. INEP. **Censo da educação superior 2011**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em 10 de março de 2013.
 9. MARTINS, André da Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
 10. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
 11. MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
 12. PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. Servidão financeira e Estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.
 13. PERONI, Vera Maria. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, mai/ago. 2013.
 14. POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
 15. PRZEwORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova**. 1988, n.15, p.41-81. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n15/a04n15.pdf>>. Acesso em 05 de abr. 2017.

16. SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.
17. SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record. 2003.
18. WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

Maria Jose Ferreira Ruiz

Pós Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora da Universidade Estadual de Londrina atuando na graduação em Pedagogia e no Programa de Pós Graduação em Educação.

Eliane Cleide da Silva Czernisz

Pós Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora da Universidade Estadual de Londrina atuando na graduação em Pedagogia e no Programa de Pós Graduação em Educação.

Tânia da Costa Fernandes

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. Professora da Universidade Estadual de Londrina atuando na graduação em Pedagogia e no Programa de Pós Graduação em Educação.

Como citar este documento:

RUIZ, Maria Jose Ferreira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva; FERNANDES, Tânia da Costa. Políticas para a educação superior nos limites da democracia liberal. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 3, nov. 2018. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/9850>>. Acesso em: 19 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.17058/rea.v26i3.9850>.